

História do Sistema Único de Saúde



1940
1949

1946 - Criação da Escola de Saúde Pública de Minas Gerais (ESP-MG).

1950
1959

1953 - o Ministério da Saúde é criado por meio da Lei nº 1.920.

1954 - Nasce a Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP)

1960
1969

1961 - Foi instituído o Código Nacional de Saúde.

1970
1979

Décadas de 70 e 80 - Movimentos sociais propunham um sistema público que pudesse solucionar os problemas no atendimento da população defendendo o direito à saúde.

1980
1989

1986 - Aconteceu a 8ª Conferência Nacional de Saúde, momento importante na história dos brasileiros, pois foi considerada como pré-constituente da Saúde.

1988 - O SUS é criado pela Constituição Federal Brasileira e definido como um direito de todos e dever do Estado.

1990
1999

1990 - O Congresso aprova a Lei Orgânica da Saúde nº 8.080 - que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do SUS.

1991 - A rede de atenção básica em saúde é estruturada com o Programa de Agentes Comunitários de Saúde.

1993 - O Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (Inamps) é extinto.

1996 - Aprovada a Lei nº 9.313 que determina a distribuição gratuita de medicamentos aos portadores do HIV e doentes de AIDS.

1997 - É criado o Sistema Nacional de Transplantes.

1999 - São criadas a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e a Política Nacional dos Medicamentos Genéricos.

2000
2009

2000 - A Emenda Constitucional 29 (EC-29) é aprovada e fica definido os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde. Em 2012 a Emenda foi regulamentada e ficou definido que a União deve investir o montante do ano anterior mais a variação nominal do Produto Interno Bruto (PIB). Os estados precisam aplicar 12% do que arrecadam anualmente em impostos e os municípios precisam investir 15% de sua receita.

2002 - Foram criadas as políticas nacionais de Saúde da Pessoa Portadora de Deficiência, de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas e de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências.

2003 - O Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) e a Mesa Nacional de Negociação Permanente do SUS são aprovados.

2004 - Foram criadas as políticas Nacionais de Atenção Integral à Saúde da Mulher, de Humanização do SUS e de Saúde do Trabalhador.

2006 - Com o Pacto pela Saúde, os estados e municípios passaram a receber os recursos federais por meio de cinco blocos de financiamento: Atenção Básica; Atenção de Média e Alta Complexidade; Vigilância em Saúde; Assistência Farmacêutica; e Gestão do SUS.

2007 - Licenciamento compulsório do anti-retroviral Efavirenz, remédio utilizado no tratamento da Aids; Criação da Política Nacional sobre o Álcool e veiculação de campanhas sobre o uso abusivo e lançamento do Programa Mais Saúde: Direito de Todos

2008 - O governo estimula mudanças estruturais nas unidades de saúde para incentivar o parto normal humanizado, controlar riscos e reduzir a mortalidade materna e neonatal.

2010
2019

2011 - Por meio da Portaria Nº 2.648, de 7 de novembro de 2011, o Governo redefine as diretrizes para implantação do componente Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h); e por meio da Portaria nº 2.836, de 1º de dezembro de 2011, o governo instituiu a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, universalizando o acesso à saúde pública aos homossexuais sem que haja qualquer tipo de discriminação ou preconceito nas Unidades de Saúde.

2013 - O Governo lança o Mais Médico, por meio da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013. O programa contribui na atenção básica lidando com o processo saúde-doença da população e garantindo o cuidado continuado das famílias.

2014 - É instituída a Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras e a pela Portaria nº 371 fica instituído a organização da atenção integral e humanizada ao recém nascido no SUS.